

IMPACTO SOCIOECONÔMICO DAS UNIVERSIDADES: REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

NELYANE DA SILVA NUNES SALES

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

LUIZ MIGUEL RENDA DOS SANTOS

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

SILVIO PAULA RIBEIRO

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Resumo

Este estudo teve como objetivo principal mapear o estado da arte das pesquisas que abordam a relação entre universidade, empresa e governo e nos impactos gerados pelas universidades, especialmente no que diz respeito às suas principais fontes de financiamento. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, com participação ativa do pesquisador na análise dos dados, coletados entre abril e junho de 2025. A primeira etapa da metodologia Proknow-C foi utilizada para a definição de palavras-chave e teste de aderência, enquanto a ferramenta Parsifal (Perform Systematic Literature Reviews) auxiliou na filtragem e seleção dos estudos que compõem o portfólio bibliográfico. A análise dos artigos evidenciou o papel estratégico da universidade no desenvolvimento socioeconômico. Foram identificadas como principais fontes de financiamento à pesquisa e inovação no Brasil as agências CNPq e FINEP. No entanto, o estudo também revelou desafios significativos que comprometem a efetividade dessa interação, como: fragilidade nas parcerias entre universidade e setor produtivo; baixa transferência de tecnologia; infraestrutura limitada; participação empresarial reduzida; falta de integração entre políticas públicas e academia. Esses obstáculos indicam a necessidade de estratégias mais robustas para fortalecer os vínculos entre instituições acadêmicas e a sociedade.

Palavras chave: universidade, sociedade, desenvolvimento socioeconômico, financiamento, barreiras.

1 INTRODUÇÃO

As universidades públicas ocupam uma posição estratégica na construção de sociedades mais justas, democráticas e sustentáveis do ponto de vista econômico. No Brasil, essas instituições têm desempenhado historicamente um papel fundamental na geração de conhecimento científico, na formação de profissionais qualificados e na promoção da inclusão social. Por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuem para o fortalecimento do saber regional, a transferência de tecnologia e o estímulo à inovação.

Sua influência se manifesta de forma direta e indireta em múltiplas dimensões, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas e regionais. Nas últimas décadas, políticas públicas como o sistema de cotas e os programas de assistência estudantil ampliaram o acesso ao ensino superior, reacendendo o debate sobre o impacto efetivo das universidades públicas (Alencastro, 2010). Além dos indicadores acadêmicos tradicionais, passou-se a considerar sua capacidade de promover o desenvolvimento local e regional, reduzir desigualdades sociais e fortalecer a cidadania (Silva, 2006).

Embora sustentadas por recursos públicos, essas instituições oferecem serviços e produzem conhecimento que beneficiam toda a coletividade, gerando impactos significativos (Souza et al., 2014). Desta forma, o objetivo principal desse estudo é analisar a dinâmica de

interação entre a universidade pública e a sociedade, considerando seus impactos e contribuições para o desenvolvimento regional.

A relevância da colaboração entre universidade e sociedade constitui, portanto, a principal justificativa deste estudo. Algumas pesquisas abordaram essa discussão, Fava-de-Moraes (2000), por exemplo, destacou o papel da universidade como agente de inovação e transformação socioeconômica, tendo como referência o Massachusetts Institute of Technology (MIT), reconhecido mundialmente por seu impacto regional. Curi Filho (2023) investigou os efeitos de uma universidade pública brasileira em duas frentes: os impactos socioeconômicos e científico-tecnológicos; e a percepção da comunidade local, por meio de entrevistas com lideranças regionais. Complementarmente, Curi Filho e Wood Júnior (2021) propuseram um modelo conceitual que articula três dimensões do impacto universitário: socioeconômica; científico-tecnológica; e cultural e de imagem da região.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Estudos correlatos

Este estudo fundamenta-se em uma ampla revisão da literatura nacional e internacional que aborda os diferentes tipos de impactos gerados pela interação entre universidade e sociedade. A análise contempla contribuições teóricas relevantes que discutem o papel das instituições de ensino superior no desenvolvimento regional e na transformação social. Entre os principais autores que embasam essa discussão estão Curi Filho & Wood Jr (2021), Kureski & Rolim (2009), Tarocco et al. (2014) e Vassallo et al. (2020).

2.2 O Papel da Universidade Pública Federal

Diversos estudos destacam a importância estratégica das universidades públicas federais no desenvolvimento socioeconômico das regiões onde estão inseridas. Segundo Fava-de-Moraes (2000), esse papel torna-se ainda mais relevante quando sustentado por políticas científico-tecnológicas articuladas entre universidade, Estado, setor produtivo e demais segmentos sociais (Doin & Rosa, 2019).

De acordo com Sgrensen et al. (2019), espera-se que as Instituições de Ensino Superior (IES) contribuam cada vez mais para o fortalecimento da resiliência das sociedades. Isso se dá não apenas por meio da oferta de uma educação de qualidade, contextualizada e socialmente relevante, mas também pela produção de conhecimentos capazes de impactar positivamente o desenvolvimento cultural, social, político, tecnológico e acadêmico das comunidades em que estão inseridas.

2.3 Tipos de Impacto

Curi Filho e Wood Jr. (2021) propõem uma abordagem que busca compreender os diversos *inputs* e *outputs* gerados pelas universidades, considerando a natureza dos impactos produzidos. Diante das dificuldades metodológicas para mensurar esses impactos, autores como Cox e Taylor (2006), Kureski e Rolim (2009) e Lendel (2015) também adotam a perspectiva de *inputs* e *outputs* como referência analítica.

Os *inputs* representam as demandas que a universidade busca atender na sociedade, como políticas públicas, necessidades sociais e desafios regionais. Já os *outputs* correspondem aos produtos e serviços gerados pelas instituições de ensino superior, como pesquisas, projetos de extensão, formação de profissionais e tecnologias desenvolvidas. Segundo Curi Filho (2018), determinados *outputs* podem simultaneamente gerar impactos em três dimensões: socioeconômica, científico-tecnológica e cultural. Por exemplo, um projeto de extensão pode promover melhorias sociais e econômicas para um grupo específico, desenvolver uma tecnologia social inovadora e ainda fortalecer a imagem da cidade ou região por meio de sua divulgação na imprensa.

O estudo de Dagnino (2003) analisa criticamente a evolução da relação entre universidade e sociedade no Brasil, utilizando o argumento do impacto universitário como eixo central. A pesquisa discute como essa perspectiva tem influenciado interpretações e políticas públicas voltadas à ciência, tecnologia e inovação, evidenciando os limites e implicações dessa abordagem, especialmente em contextos periféricos como o brasileiro.

A avaliação do impacto socioeconômico das universidades públicas é amplamente discutida na literatura, com destaque para o modelo proposto por Curi Filho e Wood Jr. (2021). Esse modelo considera indicadores econômicos e sociais como base para mensuração dos efeitos gerados pelas instituições (Pastor et al., 2012).

As pesquisas sobre avaliação de impacto universitário revelam uma diversidade de abordagens, sendo o impacto econômico o tema mais recorrente (Vassallo et al., 2020). Em todas essas análises, o objetivo central é contribuir para transformações econômicas e sociais que promovam o desenvolvimento local, o fortalecimento de organizações e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, tanto individual quanto coletivamente (Scandura, 2016).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, caracterizada pela análise interpretativa dos dados, na qual o pesquisador atua de forma ativa na construção de significados, conforme definido por Creswell (2010). Nesse contexto, foi realizada uma revisão integrativa, considerada adequada quando o objetivo é reunir e analisar artigos empíricos e teóricos com vistas a apresentar uma visão abrangente do estado da arte. Essa estratégia permite combinar diferentes propósitos e, a partir da análise dos resultados, oferecer um panorama integrado do tema, além de evidenciar lacunas existentes na literatura (Souza et al., 2010).

A coleta e análise dos dados ocorreram entre abril e junho de 2025. Para a seleção dos estudos, foi utilizada a primeira etapa da metodologia Proknow-C, que envolve a definição de palavras-chave e o teste de aderência. Em seguida, aplicou-se a ferramenta Parsifal (*Perform Systematic Literature Reviews*) para realizar a filtragem e composição do portfólio bibliográfico, conforme o desenho metodológico previamente estabelecido.



Figura 1. Desenho metodológico da pesquisa

Fonte: elaborado pelos autores.

O presente estudo seguiu um processo sistematizado para a seleção e organização do referencial teórico, pautado em critérios metodológicos rigorosos de levantamento

bibliográfico. A Figura 1, apresenta o fluxograma das etapas realizadas para a construção do banco de artigos que fundamenta a base de análise.

A primeira etapa consistiu na definição da área de pesquisa e na escolha das palavras-chave centrais, com base na delimitação temática do estudo. Em seguida, foi realizado o teste de aderência por meio de buscas no *Google Acadêmico* e da seleção aleatória de cinco artigos, com o objetivo de validar a coerência e a efetividade dos termos escolhidos. A partir dessa análise, foi elaborada a *string* de busca, composta pelos termos “universidade” AND “empresa” AND “governo” OR “triple helix”, aplicada nas bases de dados sem filtros adicionais.

As bases selecionadas para a pesquisa foram: *ScienceDirect*, *Web of Science*, *Scopus* e *EBSCO*. A busca resultou em um portfólio bruto de 717 documentos, na etapa seguinte, os arquivos foram exportados e inseridos no *software Parsifal*, ferramenta utilizada para o gerenciamento e triagem dos artigos selecionados. A partir disso, iniciou-se o processo de filtragem, que envolveu a exclusão de documentos duplicados (13 registros) e, posteriormente, a remoção de artigos que não apresentavam relação com a temática da pesquisa ou que foram publicados antes de 2015, totalizando 679 exclusões.

Após a aplicação desses critérios, chegou-se ao banco final composto por 25 artigos, os quais constituem o *corpus* analítico deste estudo. Esses documentos demonstraram aderência ao tema proposto e forneceram os fundamentos teóricos necessários para a construção e discussão dos resultados.

Esse procedimento assegurou a rastreabilidade, a relevância e a qualidade das fontes bibliográficas, em conformidade com os princípios de sistematicidade e transparência que orientam as revisões bibliográficas em pesquisas científicas. A análise dos dados foi conduzida com base em técnicas integrativas, caracterizadas pela abordagem qualitativa de resultados teóricos e empíricos prévios, contribuindo para uma compreensão aprofundada do estudo investigado (Whittemore & Knafl, 2005).

3.1 Análise Integrativa

A análise integrativa constitui uma abordagem metodológica que possibilita uma compreensão ampla e aprofundada dos estudos investigados. Ela contempla múltiplos propósitos, como a definição de conceitos, a revisão de teorias e evidências empíricas, além da análise de diferentes metodologias (Whittemore & Knafl, 2005).

Para a condução desta análise, foram adotados os seguintes critérios: identificar e mapear estudos que abordam teorias relacionadas aos impactos das universidades e às principais fontes de financiamento; examinar as modalidades de financiamento disponíveis para projetos acadêmicos e de extensão; reconhecer possíveis barreiras legais, políticas e estruturais que possam limitar a atuação das universidades no contexto social e regional.

A relação entre universidade, empresa e governo constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento científico, tecnológico e social de uma região. Este tripé, frequentemente abordado pela teoria da Tríplice Hélice, propõe uma integração colaborativa entre os três setores, visando à inovação, à produção de conhecimento e à aplicação prática de soluções para demandas sociais e econômicas.

Nesse contexto, torna-se essencial identificar e mapear estudos que abordam os impactos das universidades no desenvolvimento regional, bem como as principais fontes de financiamento que sustentam suas atividades. As universidades, enquanto centros de produção de conhecimento, exercem papel estratégico na formação de capital humano e na geração de pesquisas aplicadas. Estudos teóricos como os de Etzkowitz e Leydesdorff (2020) destacam como a interação entre academia, setor produtivo e políticas públicas pode impulsionar ecossistemas de inovação.

O financiamento dessas instituições é um fator crítico para sua atuação. Projetos acadêmicos e de extensão podem ser apoiados por diversas modalidades, por meio de recursos públicos oriundos de agências governamentais como a Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), parcerias com empresas privadas, fundos internacionais e editais de fomento regionais. A participação do setor empresarial, por meio de convênios e investimentos em pesquisa aplicada, fortalece a conexão entre teoria e prática, promovendo soluções inovadoras com impacto direto na sociedade.

3.1.1 Referencial Teórico

A construção do conhecimento científico está profundamente vinculada à escolha de teorias e modelos que orientam o processo investigativo. As teorias oferecem os arcabouços conceituais necessários para explicar os fatos estudados, enquanto os modelos delineiam os caminhos operacionais para validar hipóteses e gerar evidências. A articulação entre teoria e modelo não representa apenas uma exigência metodológica, mas configura uma condição epistemológica essencial para a produção de um saber rigoroso e sistemático.

Segundo Kivunja (2018), uma teoria emerge a partir de um processo investigativo que utiliza dados empíricos para formular afirmações com base em análises dedutivas e indutivas. Já os modelos conceituais, conforme Grove et al. (2013), são representações abstratas de grandes teorias, composto por construtos inter-relacionados. Esses modelos explicam amplamente o conteúdo de interesse, expressam suposições e refletem uma postura filosófica. Para Macedo e de Souza (2022), o modelo conceitual pode ser compreendido como uma imagem que representa o conteúdo estudado.

Dessa forma, a escolha metodológica deve levar em consideração não apenas a natureza do objeto de estudo, mas também os pressupostos teóricos que sustentam a investigação. Com base nos artigos analisados, apresentamos a seguir a tabela que sintetiza as principais teorias e modelos utilizados.

Tabela 1

Conceito, teoria e modelos.

Teoria e Modelos	Conceito
Triângulo de Sabato ou tríplice hélice	Teorias sobre a relação universidade-Estado-empresa (Etzkowitz & Leydesdorff, 2000).
Desenvolvimento Endógeno	Amaral Filho (1996) estuda o desenvolvimento endógeno impulsionado por atores locais, valorizando a realidade regional.
Terceira Missão da Universidade	Papel da universidade na transformação social além do ensino e da pesquisa, envolve a interação com a sociedade (Compagnucci & Spigarelli, 2020).
Desenvolvimento regional e capital relacional	Teorias sobre desenvolvimento regional é o processo de melhoria econômica, social e ambiental de uma área geográfica específica, com foco na redução de desigualdades territoriais e capital relacional referente à rede de relações de confiança, cooperação e comunicação entre os atores locais (empresas, universidades, governo, sociedade civil). É um ativo essencial para fomentar inovação e desenvolvimento sustentável. (Diniz et al., 2006; Vale, 2007; Charles, 2008).
Sistema Regional de Inovação (SRI)	A teoria dos Sistema Regional de Inovação (SRI) tem como principais objetivos, compreender a dinâmica da inovação regional, apoiar o desenvolvimento regional, orientar políticas públicas, fortalecer redes de cooperação (Cooke, 1992).

Fonte: elaborado pelos autores, conforme dados da pesquisa (2025).

A Tabela 1, apresentada um conjunto de teorias e modelos que fundamentam a relação entre universidade, Estado e sociedade, oferecendo um alicerce teórico sólido para compreender o papel estratégico das instituições de ensino superior no desenvolvimento regional e na promoção da inovação. A diversidade de abordagens reflete a complexidade das funções universitárias no século XXI, evidenciando seu envolvimento para além do ensino e das pesquisas tradicionais, ao incorporar dimensões extensionistas e de transformação social.

Entre os modelos destacados, o Triângulo de Sabato, proposto por Sabato e Botana (2011), enfatiza a interação entre três vértices: Estado (governo), estrutura produtiva (empresas) e infraestrutura científico-tecnológica (universidades). O modelo defende que o desenvolvimento científico e tecnológico depende da ação coordenada desses três atores. Já a Tríplice Hélice, formulada por Etzkowitz e Leydesdorff (2000), propõe uma interação dinâmica entre universidade, governo e indústria, com sobreposição de funções e coevolução entre os setores, criando ambientes propícios à inovação e à cooperação interinstitucional.

O modelo de Desenvolvimento Endógeno, segundo Amaral Filho (1996), valoriza os recursos internos de uma região como conhecimento local, cultura, capital humano e redes sociais como motores do crescimento sustentável. Essa abordagem destaca a centralidade dos atores locais e das especificidades socioterritoriais, promovendo a autonomia regional e o fortalecimento das capacidades locais.

A Terceira Missão da Universidade, conforme Garcia e Tuesta (2025), amplia o papel das instituições de ensino superior para além do ensino e da pesquisa, incluindo a transferência de conhecimento, a inovação, o empreendedorismo, o compromisso social e o desenvolvimento sustentável. Essa missão é uma resposta às transformações sociais e econômicas, posicionando as universidades como agentes ativos no ecossistema de inovação. Rapini et al. (2015) reforçam essa perspectiva ao argumentar que as universidades brasileiras estão cada vez mais engajadas em atividades da terceira missão, como projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e transferência de tecnologia.

As teorias do desenvolvimento regional e do capital relacional, discutidas por Diniz et al. (2006), Vale (2007) e Charles (2008), ressaltam a importância da articulação entre atores regionais e redes colaborativas para fortalecer estratégias de inovação e desenvolvimento territorial. O capital relacional refere-se às redes de confiança, cooperação e comunicação entre empresas, universidades, governo e sociedade civil, sendo um ativo essencial para fomentar a inovação e a sustentabilidade.

A teoria dos Sistemas Regionais de Inovação (SRI), proposta por Cooke (1992), descreve o conjunto de instituições, políticas, práticas e atores que interagem em uma região para promover a inovação. Essa abordagem inclui universidades, centros de pesquisa, empresas, governo e sociedade, com foco na colaboração local, no fluxo de conhecimento e na infraestrutura adaptada às características regionais. O modelo contribui para a formulação de políticas públicas e o fortalecimento de redes de cooperação.

A análise dessas teorias e modelos revela a emergência de uma universidade multifuncional, comprometida com o desenvolvimento regional sustentável, baseada em redes colaborativas, inovação e engajamento social. Essa perspectiva contribui significativamente para os estudos sobre políticas públicas de ensino superior e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

No contexto das universidades federais brasileiras, essas abordagens permitem compreender como essas instituições, além de ensinar e pesquisar, atuam diretamente no desenvolvimento local por meio de parcerias, projetos de extensão, políticas públicas e estímulo ao empreendedorismo. Elas evidenciam o papel estratégico das universidades na promoção do progresso tecnológico e econômico (Cowan & Zinovyeva, 2013).

Os meios pelos quais uma universidade pode gerar impacto científico-tecnológico são diversos, e cada instituição pode priorizar diferentes estratégias conforme seus objetivos de avaliação. Entre os principais indicadores de impacto do capital intelectual estão: número de

projetos de prestação de serviços, iniciativas de extensão, projetos de pesquisa e a existência de clusters influenciados pela universidade (Curi Filho & Wood Jr., 2021).

No campo das políticas públicas, destaca-se a participação da universidade em órgãos públicos e sociais que colaboram na formulação dessas políticas. Os projetos de pesquisa são avaliados pelo número de iniciativas voltadas às demandas locais e pelos produtos gerados, como patentes e publicações científicas. As demandas por políticas públicas podem ser mensuradas pelo número de organizações locais que desenvolvem projetos em parceria com a comunidade (Curi Filho & Wood Jr., 2021).

Apesar do potencial transformador das parcerias entre universidades, grupos de pesquisa e empresas, diversos obstáculos ainda comprometem a efetividade dessas relações e, consequentemente, o avanço da inovação no Brasil (Curi Filho & Wood Jr., 2021).

3.1.2 Análise dos Resultados

As relações entre universidades públicas, sociedade e governo são historicamente marcadas por desafios estruturais e políticos que impactam diretamente a gestão institucional, a autonomia universitária e o financiamento das instituições. Essas tensões decorrem, em grande medida, da dificuldade de conciliar os interesses acadêmicos com as diretrizes e exigências das políticas públicas.

Diversos artigos científicos têm se dedicado à análise dessas questões, identificando obstáculos recorrentes e propondo alternativas para enfrentá-los. Conforme apresentado na Tabela 2, destacam-se os principais problemas e as respectivas soluções apontadas nos estudos pesquisados.

Tabela 2

Problemas e Soluções Identificados nos Artigos

Nº	Problemas	Soluções
1	Quais relações entre grupos de pesquisa e empresas favorecem a inovação?	Estudo das interações; fortalecimento de parcerias universidade-empresa.
2	Falta de uma abordagem teórica consolidada sobre a Tríplice Hélice.	Fortalecimento da teoria com novas contribuições conceituais.
3	Falta de integração efetiva entre universidade, empresa e governo na internacionalização.	Maior integração e cooperação entre os atores da Tríplice Hélice.
4	Falta de definição clara sobre a terceira missão universitária.	Estruturação de políticas institucionais para a terceira missão.
5	Relações frágeis, falta de confiança e dificuldade de alinhamento.	Fortalecer políticas de apoio e ampliar os canais de comunicação.
6	Dificuldade na integração de atores na inovação.	Fortalecer a governança e redes colaborativas.
7	Visão restrita da interação universidade-empresa focada só em P&D.	Ampliar os tipos de interação e as formas de cooperação.
8	Dificuldades de comunicação e confiança entre os atores.	Fortalecer redes sociais e canais de comunicação.
9	Falta de efetividade das políticas de inovação ambiental.	Fortalecer as ações colaborativas em ecoinovação.

10	Falta de estrutura institucional e recursos humanos especializados.	Implementação de estruturas formais e capacitação.
11	Baixa adesão das empresas às iniciativas da Trílice Hélice.	Incentivar a participação empresarial e desenvolver programas de incentivo.
12	Falta de compreensão do impacto das ações da Trílice Hélice.	Fortalecer parcerias e políticas públicas.
13	Falta de mapeamento da produção científica.	Fortalecer os estudos de mapeamento na Ciência da Informação.
14	Dificuldade de integração e gestão de projetos conjuntos.	Disseminação de boas práticas de gestão de cooperação.
15	Baixa integração entre universidade, empresa e governo.	Fortalecer a capacitação e as parcerias entre os atores.
16	Falta de políticas integradas para desenvolvimento local.	Fortalecer as articulações e políticas locais.
17	Redução de investimentos em ciência e tecnologia.	Fortalecimento das políticas de incentivo à interação universidade-empresa.
18	Falta de articulação entre os sistemas de inovação.	Aprimorar as políticas de ciência, tecnologia e integração entre atores.
19	Diferenças na adoção de práticas empreendedoras.	Fortalecer a cultura empreendedora nas universidades.
20	Disparidade nos níveis de inovação entre instituições.	Estimular políticas de apoio à inovação nas instituições.
21	Baixa interação dos Núcleos de Inovação Tecnológica com o setor produtivo.	Incentivar a capacitação e atuação dos Núcleos de Inovação Tecnológica.
22	Falta de interação efetiva nas incubadoras.	Fortalecer o <i>networking</i> e políticas de apoio.
23	Pouca integração universidade-sociedade.	Fomentar políticas de extensão universitária.
24	Falta de integração entre atores sociais e ambientais.	Maior participação de atores sociais e ambientais na inovação.
25	Baixa e irregular produção científica.	Aproximação com atores do mercado e políticas de incentivo.

Fonte: elaborado pelos autores, conforme dados da pesquisa (2025).

A Tabela 2, evidencia um conjunto recorrente de desafios que atravessam as relações entre universidade, empresa e governo no âmbito da inovação. Entre os principais entraves identificados, destacam-se: a fragilidade das interações entre os atores envolvidos, a baixa efetividade das políticas de transferência de tecnologia, a carência de infraestrutura institucional adequada e a limitada participação do setor empresarial nos processos inovadores.

Esses desafios enfrentam barreiras significativas. Aspectos legais, como a burocracia para formalização de convênios e a rigidez na gestão de recursos públicos, comprometem a agilidade das universidades. Obstáculos políticos, como mudanças nas prioridades governamentais e cortes orçamentários, também prejudicam a continuidade dos projetos. Soma-se a isso as barreiras estruturais, como a escassez de infraestrutura, a falta de pessoal

técnico qualificado e as dificuldades na formação de redes colaborativas, que limitam a inserção plena das universidades no contexto social e regional.

Superar tais obstáculos demanda uma abordagem integrada, com políticas públicas que fomentem a cooperação entre universidade, empresa e governo, criando ambientes propícios à inovação e à transformação social. A valorização da pesquisa, o fortalecimento da extensão universitária e a flexibilização dos mecanismos de financiamento são medidas essenciais para que as universidades desempenhem seu papel estratégico no desenvolvimento sustentável das regiões onde atuam.

Além disso, diversos estudos apontam a inexistência de uma abordagem teórica consolidada sobre a cooperação, a integração ainda incipiente entre políticas públicas e o setor acadêmico, e as dificuldades na definição de metas e indicadores que permitam avaliar os resultados das parcerias estabelecidas.

No campo das soluções, as propostas são variadas e abrangem desde ações imediatas até políticas estruturantes. Entre as medidas sugeridas, destacam-se: o fortalecimento da governança dos processos de inovação; a criação de políticas institucionais voltadas ao estímulo da terceira missão universitária; a ampliação dos canais de comunicação entre universidade e empresa; e a implementação de programas de capacitação para gestores que atuam na interface universidade-indústria.

De forma geral, a Figura 2, a seguir revela que, apesar dos obstáculos, há inúmeras oportunidades para aprimorar os mecanismos de interação entre os diferentes agentes da inovação, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento regional e nacional como as fontes de financiamento utilizado para fomentar a pesquisa e a inovação.

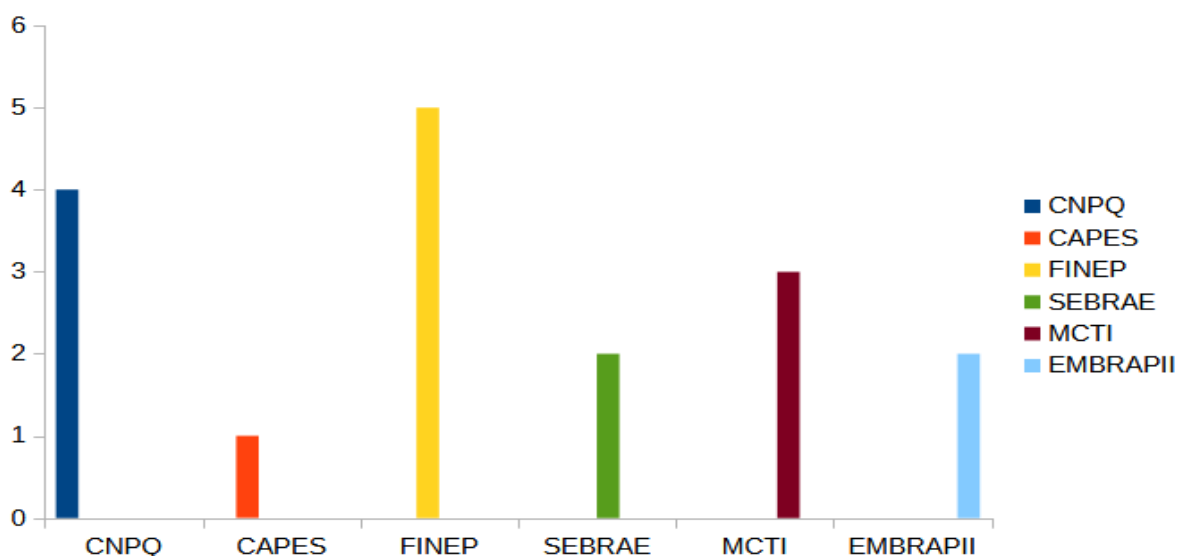


Figura 2. Fontes de financiamento abordado nos artigos

Fonte: elaborado pelos autores.

A análise dos artigos selecionados revela uma ampla diversidade de fontes de financiamento, refletindo a complexidade das relações institucionais que permeiam o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação no Brasil.

As agências públicas nacionais se destacam como os principais agentes de fomento. Órgãos como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) são frequentemente mencionados, reafirmando seu papel estratégico no apoio à pesquisa, ao desenvolvimento e às atividades de extensão universitária.

No setor privado, empresas parceiras contribuem com recursos financeiros, infraestrutura e serviços, geralmente por meio de convênios, contratos ou programas de prestação de serviços laboratoriais. Essas colaborações tendem a ser mais expressivas em ambientes com universidades de perfil empreendedor. No entanto, a participação empresarial ainda é considerada limitada no contexto brasileiro, evidenciando a necessidade de fomentar uma cultura de investimento privado em ciência, tecnologia e inovação.

As próprias universidades também atuam como fontes internas de financiamento, por meio de apoios institucionais, receitas provenientes de patentes, royalties e participação em editais. Essa atuação demonstra uma crescente autonomia e protagonismo das instituições na viabilização de seus projetos.

Além disso, destaca-se a contribuição de entidades voltadas ao empreendedorismo, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), citado em dois dos artigos analisados como financiador de iniciativas voltadas a pequenos negócios. Sua atuação tem sido decisiva para o fortalecimento do desenvolvimento local e regional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo mapear o estado da arte das pesquisas que abordam a relação entre universidade, empresa e governo e nos impactos gerados pelas universidades, especialmente no que diz respeito às suas principais fontes de financiamento. Para isso, foram selecionadas as bases de dados *ScienceDirect*, *Web of Science*, *Scopus* e *EBSCO*, resultando em um portfólio inicial de 717 documentos. Após os critérios de filtragem, foram escolhidos 25 artigos que compuseram a amostra final da pesquisa.

A investigação concentrou-se na análise das fontes de financiamento disponíveis, nos mecanismos que viabilizem projetos de pesquisa e inovação, e na identificação de barreiras legais, políticas e estruturais que dificultam a interação entre os atores envolvidos.

Os resultados evidenciam que as principais fontes de financiamento são agências públicas brasileiras, como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), reafirmando seu papel estratégico no suporte à pesquisa, à inovação e à extensão universitária.

Além disso, foram identificados desafios recorrentes na articulação entre universidade, empresa e governo, tais como: fragilidade nas parcerias, baixa efetividade na transferência de tecnologia, infraestrutura institucional insuficiente, participação empresarial limitada e ausência de uma abordagem teórica consolidada. Também se observou uma integração incipiente entre políticas públicas e o setor acadêmico, bem como dificuldades na definição de metas e indicadores para avaliar os resultados das parcerias.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a replicação deste estudo com a inclusão de novas variáveis analíticas, a fim de aprofundar a compreensão sobre os mecanismos de interação e os impactos gerados pelas universidades no contexto regional e nacional.

5 REFERENCIAS

- Alencastro, L. F. D. (2010). Parecer sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal. disponível < www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp.
- Amaral Filho (dez. 1996). Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista. Planejamento e Políticas Públicas, 14, 35-74. Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/129>.
- Charles, D. R. (2008). Universities and Territorial Development: Reshaping the Regional Role of UK Universities. Local Economy 2003, 18 (1). Disponível em <http://www.informaword.com/openurl>.

- Compagnucci, L., & Spigarelli, F. (2020). The Third Mission of the university: A systematic literature review on potentials and constraints. *Technological Forecasting and Social Change*, 161, 120284. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120284>
- Cooke, P. (1992). Regional Innovation Systems: Competitive Regulation in the New Europe. *Geoforum*, 23(3), 365–382.
- Cox, S.; & Taylor, J. (2006). The impact of a Business School on Regional Economic Development: a case study. *Local Economy*, v. 21, n. 2, 117- 135.
- Cowan, R., & Zinovyeva, N. (2013). University effects on regional innovation. *Research Policy*, 42(3), 788-800.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto* (3a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Curi Filho, W. R. (2018). Desenvolvimento de um modelo conceitual para avaliar o impacto de uma universidade em sua comunidade local. In: *Anais do XLII Encontro Nacional de Administração*. Curitiba.
- Curi Filho, W. R. (2023). Impacto da universidade na comunidade a partir de um estudo de caso em uma instituição pública brasileira: dados da universidade x percepção da população. *Revista Gestão & Planejamento*, 24(1), 0-0.
- Curi filho, W. R., & Wood Júnior, T. (2021). Avaliação do Impacto das Universidades em suas Comunidades. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 19, n. 3, p. 496-509.
- Dagnino, R. (2003). A relação universidade-empresa no Brasil é o "argumento da hélice tripla". *Revista Brasileira de Inovação*, 2(2), 267-307.
- Diniz, C.C, Santos, F, & Crocco, M. (2006). Conhecimento, inovação e desenvolvimento regional/local. In: DINIZ, C.C; CROCCO M. (Org). *Economia Regional e Urbana - Contribuições Teóricas Recentes*. Belo Horizonte: Editora BFMG.
- Doin, T., & Rosa, A. (2019). Interação Universidade-Empresa-Governo: o caso do Programa de Cooperação Educacional para Transferência de Conhecimento Brasil-Cingapura. *Cadernos EBAPE*, v. 17, no. 4, 940-958, 2019.
- Etzkowitz, H., & Leydesdorff, L. (2000). The Dynamics of Innovation: From National Systems and 'Mode 2' to a Triple Helix of University-Industry-Government Relations. *Research Policy*, v. 29, n. 2, p. 109-123.
- Fava-de-Moraes, F. (2000). Universidade, inovação e impacto socioeconômico. *São Paulo em perspectiva*, 14, 8-11.
- Garcia, A. J. G., & Tuesta, Y. N. (2025). Terceira Missão Universitária para a transferência de conhecimento, inovação, empreendedorismo eo desenvolvimento sustentável: Uma revisão sistemática da literatura. *Revista de Administração de Empresas*, 65, e2024-0218.
- Grove, S. K., Burns, N., & Gray, J. (2013). *The practice of nursing research: Appraisal, synthesis, and generation of evidence*. Missouri: Elsevier.
- Kivunja, C. (2018). Distinguishing between Theory, Theoretical Framework, and Conceptual Framework: A Systematic Review of Lessons from the Field. *International Journal of Higher Education*. Vol. 7, No. 6.
- Kureski, R., & Rolim, C. (2009). Impacto econômico de curto prazo das Universidades Federais Brasileiras na economia brasileira. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n.117, 29- 51.
- Lendel, I. (2015). The Impact of Research Universities on Regional Economies: The Concept of University Products. *Economic Development Quarterly*, v. 24, n. 3, 210-230.
- Pastor, J.M, Pérez, F. E., & Guevara, J. F. (2012). Measuring the local economic impact of universities: an approach the considers uncertainty. *Higuer Education*, v. 65, n. 5, p. 539-564.
- Rapini, M. S., Chiarini, T., & Bittencourt, P. F. (2015). University Firm Interactions in Brazil: Beyond Human Resources and Training Missions. *Industry and Higher Education*, 29(2), 111-127.

- Sábato, j. A., Botana, n. (2011). La ciencia y la tecnologia en el desarrollo futuro de America Latina. In: SÁBATO, Jorge A. (Comp.). El pensamiento latino-americano en la problemática ciencia-tecnologia-desarrollo-dependencia. Buenos Aires: Ediciones Biblioteca Nacional. Cap. 10, p. 215-230.
- Scandura, A. (2016). University-industry collaboration and firms R&D effort. *Research Policy*, v. 45, n.9, p. 1907-1922.
- Sgrensen, M. P., Geschwind, L., Kekéle, & Pinheiro, R. (Eds.). (2019). Responsible Universities in Context. In: Sgrensen, M. P., Geschwind, L., Kekêle, & Pinheiro, R. (Eds.). *The Responsible University*. (pp. 3-29). Cham: Palgrave Macmillan.
- Silva, F. L. (2006). Universidade: a ideia e a história. *Estudos Avançados*, v. 20, n.56, p. 191-202.
- Souza, P. H., Moreira, D. S., & Souza, M. M. P. (2014). Uma breve descrição da Extensão Universitária na UNIFAL-MG. *Interfaces - Revista de Extensão da UFMG*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 17-35.
- Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, 8 (1 Pt 1), p. 102-106.
- Tarocco Filho, J., Sesso Filho, U.A., Esteves, E. Z.G. & Kureski, R. (2014). Impacto econômico de curto prazo da Universidade Estadual de Londrina. *Economia & Região*, v. 2, n.1, p.83-103.
- Vale, G. M. V. (2007). *Territórios Vitoriosos: o papel das redes organizacionais* Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda.
- Vassallo, M. D., Takasago, M., & Marques, M. C. (2020). Impacto Econômico da Universidade de Brasília no Distrito Federal e Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 14, n. 3.
- Whittemore, R., & Knafl, K. (2005). The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 52(5), p. 546-553.